



EXPORTAÇÃO DE GADO VIVO DO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA AGÊNCIA E RESISTÊNCIA ANIMAL

*EXPORTATION OF LIVE CATTLE FROM BRAZIL: AN ANALYSIS FROM THE AGENCY AND
ANIMAL RESISTANCE*

DOI:

Rafael Van Erven Ludolf¹

Pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em
Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

EMAIL: rafaelvanerven@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0714-5432>

Evelym Pipas Morgado²

Doutoranda no PPGSD -Universidade Federal Fluminense.

EMAIL: evelympipas1@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4276-1054>

RESUMO: Tem surgido cada vez mais pesquisas acerca da agência e resistência dos outros animais aos seus exploradores e ao especismo, especialmente por autores/as dos Estudos Críticos Animais e dos Estudos Multiespécies. São décadas de trabalhos científicos demonstrando as complexidades das cognições, emoções e sociabilidades dos animais, que tem resultado no reconhecimento de que possuem e exercem agência. Jason Hribal (2007) propõe uma perspectiva metodológica de baixo, que reconhece os animais como agentes históricos, que negociaram os limites de sua exploração, criaram mudanças sociais e se aliaram a grupos humanos contra outras formas de exploração. Por essa perspectiva, esse trabalho analisa o comércio de exportação marítima de gado vivo do Brasil, compreendendo os sujeitos bovinos exportados vivos como agentes que resistem a esta prática, diferente da tradição ocidental, mesmo as animalistas, que retratam os animais como seres passivos, pacientes morais. O objetivo é que a exportação de animais vivos (e a opressão animal) seja lida nos termos da Agência e Resistência Animal, o que pode contribuir na luta contra o especismo e o avanço do Direito Animal. Como caso concreto, analisou-se o documentário “Elias, o boi que aprendeu a nadar”, produzido pela ong Mercy for Animals, que narra a história do boi que escapou do navio e nadou até a praia, por mais de 5 horas. O documentário denuncia as condições cruéis e insalubres em que os animais são transportados e a recusa dos animais à sua exploração.

PALAVRAS-CHAVE: Antiespecismo; Agência animal; Estudos Críticos Animais; Exportação de gado vivo; Resistência animal.

¹ Pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ - Pós-Doc Nota 10 FAPERJ). Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (PPGSD-UFF), na linha de pesquisa conflitos socioambientais, rurais e urbanos, com bolsa da CAPES.

² Doutoranda no PPGSD-UFF. Mestra (Bolsista CAPES) em Ciências Sociais e Jurídicas do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (PPGSD-UFF), na linha de pesquisa conflitos socioambientais, rurais e urbanos.

ABSTRACT: There has been a growing body of research on the agency and resistance of other animals to their exploiters and to speciesism, especially by authors in Critical Animal Studies and Multispecies Studies. Decades of scientific work have demonstrated the complexities of animals' cognitions, emotions, and sociability, which has resulted in the recognition that they possess and exercise agency. Jason Hribal (2007) proposes a methodological perspective from below, which recognizes animals as historical agents who have negotiated the limits of their exploitation, created social change, and allied themselves with human groups against other forms of exploitation. From this perspective, this paper analyzes the maritime export trade of live cattle from Brazil, understanding the live cattle subjects as agents who resist this practice, unlike the Western tradition, even the animalist tradition, which portrays animals as passive beings, moral patients. The goal is to read the export of live animals (and animal oppression) in terms of Animal Agency and Resistance, which can contribute to the fight against speciesism and the advancement of Animal Rights. As a specific case, the documentary "Elias, the ox who learned to swim" was analyzed, produced by the NGO Mercy for Animals, which tells the story of the ox that escaped from the ship and swam to the beach for more than 5 hours. The documentary denounces the cruel and unsanitary conditions in which the animals are transported and the animals' refusal to be exploited.

KEY-WORDS: Antispeciesism; Animal agency; Critical Animal Studies; Livestock export; Animal resistance.

SUMÁRIO: 1 Introdução. 2 Metodologia de baixo. 2.1 Agência e resistência animal. 3 Elias, o boi que aprendeu a nadar. 4 Conclusão. 5 Referências.

1 Introdução

Tem surgido cada vez mais análises acerca da agência e resistência dos *outros animais* aos seus exploradores e ao especismo, especialmente por autores/as dos Estudos Críticos Animais e dos Estudos Multiespécies (Bekoff, 2010; Best, 2011; Corman, 2012; Colling, 2018; Chang, 2020; Gillespie, 2012b; Hribal, 2003, 2007a, 2007b, 2010; Jones, 2006, 2009; Masson, 2003; Nibert, 2002, 2013, Rocha, 2019, 2020; Wilbert, 2000). São décadas de trabalhos científicos comprovando as complexidades das cognições, emoções e sociabilidade dos animais, que têm resultado no reconhecimento de que os animais possuem e exercem agência.

A agência dos animais pode ser compreendida como a capacidade deles de agir e influenciar o mundo ao seu redor. Em outras palavras, é a habilidade dos animais de tomar decisões e fazer escolhas (LUDOLF, 2024). É um tema transdisciplinar e insurgente que envolve muitas áreas de estudo, incluindo história, filosofia, ecologia e biologia. É uma perspectiva que impulsiona a necessidade de repensar a história, o lugar de passividade imposto aos *outros animais* e, como diz Jailson Rocha (2021, p. 887), "levar a sério o estatuto além-do-humano".

As espécies companheiras não foram tratadas com o respeito e a seriedade que merecem, resultando num processo de apagamento de suas agentividades e participação social. Perspectivas do Norte global, inclusive animalistas, ocultaram a agência animal, tratando-os como pacientes morais passivos em vez de agentes sociais atuantes. Singer e Regan, por exemplo, tratam os animais como vulneráveis ao sofrimento, mas reduzidos a um estado de passividade próximo ao de uma "coisa", ainda que busquem retirá-los deste *status*.

Por outro lado, “no giro multiespécie, a outridade não-humana é posta em cena não como um passivo ambiental estático, um pano de fundo cenográfico, mas como projetores de agência” (ROCHA, 2021, p. 897). Darren Chang (2020) destaca, no contexto da caça de focas no Canadá, a resistência animal contra massacres industriais capitalistas, e como surgem solidariedades interespécies a partir da emergência da agência animal. Sarat Colling (2018) reforça essa visão ao analisar episódios de resistência animal ao redor do mundo, como fugas de matadouros, granjas e confinamentos, que demonstram intencionalidade e luta dos animais contra a sua opressão. No Brasil, o caso de “Elias, o boi que aprendeu a nadar”, transformado em documentário pela ong Mercy for Animals, demonstra, a agência animal e suas resistências contra esta prática.

Nesse artigo, o objetivo é destacar a agência e resistência animal dos animais usados na prática comercial de exportação de animais vivos, como que “por sua existência, por suas atividades, os não humanos também são atores do mundo, que se revelam “como obstáculos”, define Bruno Latour, “como aquilo que suspende o domínio, que perturba a dominação” (FERDINAND, 2022, p. 250).

Como contribuição, consideramos que protagonizar a resistência dos animais utilizados na prática de exportação de gado vivo (e outras práticas de exploração animal) favorece a visibilização do especismo e fortalece a luta pelos direitos dos animais. A fuga dos animais de espaços altamente securitizados transgride as fronteiras materiais e conceituais e levanta as cortinas da violência do sistema de dominação colonial-capitalista-especista.

Para tanto, adotou-se o método “de baixo” proposto pelo historiador Jason Hribal, crítico aos estudos animais por adotar uma perspectiva “de cima”, consideradas aquelas onde os animais não são vistos como agentes, mas como

personagens estáticos. Nessa perspectiva, “eles emergem como objetos - vazios de qualquer substância real” (HRIBAL, 2007, p. 102).

Se hoje o Brasil é o segundo maior exportador de gado vivo do mundo e possui o segundo maior rebanho do mundo, este animal foi incorporado no país pelos colonizadores portugueses por volta de 1534 para a produção de energia, transporte de cargas e outras atividades econômicas. A criação e o consumo de sujeitos bovinos no Brasil se trata de uma imposição colonial. Não foi sempre assim. Os portugueses instituíram diversas práticas agropecuárias, inexistentes em Pindorama. O boi, objetificado como a mercadoria que se transportava por si mesma, foi decisivo para a ocupação do novo território.

Há mais de quinhentos anos os animais importados/exportados vivos na colonização do Brasil resistem a seu modo, impõem limites e recusam determinadas explorações, porém, essa perspectiva é excepcional, pois como se diz por aí, é o caçador ou o vencedor que conta a história.

A exportação de animais vivos tem sido fortemente questionada no Brasil e em outros países, principalmente em razão de crueldade aos animais, tendo recebido repúdio público, ações judiciais, proposições legislativas, suspensões, restrições e até mesmo proibições definitivas, como ocorreu na Índia (2018), na Nova Zelândia (2021), em Luxemburgo (2022) e mais recentemente no Reino Unido (2024). No Brasil, existe sentença da Justiça Federal com fundamentos do Direito Animal proibindo a atividade em todo o país, assim como propostas de lei visando a sua proibição e um forte ativismo animalista contra esta atividade.

Trata-se de uma modalidade do agronegócio que demanda animais para reprodução, engorda e abate. Anualmente, cerca de 2 bilhões de indivíduos sencientes como bois, ovelhas e porcos enfrentam longas jornadas por via terrestre e marítima, em condições insalubres e cruéis, frequentemente amontoados em meio a fezes e urina, sob forte calor e impossibilitados de deitar-se e descansar, com altos níveis de estresse, dor e sofrimento. No capitalismo, tais indivíduos são necessariamente transformados em mercadorias: o capital animal que sustenta o complexo industrial animal.

Traficado há mais de 500 anos de lá para cá e daqui para lá, a história dos sujeitos bovinos é de violência e opressão, rebaixados para atender a interesses de

acumulação de capital. Mas, também, de luta e resistência, mesmo que invisibilizadas. Eles vivem e resistem, ainda hoje, apesar de toda violência da domesticação, que os constroem a “aceitar sem reclamar” as condições impostas de servidão. Mas eles não aceitam.

2 Metodologia de baixo

Uma referência importante deste tema é o historiador Jason Hribal. Um dos seus artigos mais relevantes sobre o assunto é *Animais, agência e classe: escrevendo a história dos animais de baixo para cima*, de 2007. Segundo o autor, “os animais eram uma força na mudança social. Eles moldaram as relações de classe. Eles negociaram e produziram. Eles resistiram e lutaram” (HRIBAL, 2007, p. 101).

Hribal critica a historiografia dos estudos animais por ignorar ou minimizar a agência e a resistência dos animais, e por adotar uma perspectiva de cima, que trata os animais como objetos ou mercadorias. Ele cita vários autores/as que inserem grupos oprimidos (neste caso os animais) em suas obras, os quais ficavam praticamente fora das historiografias. No entanto, não fizeram isso a partir de baixo. Diz ele, “os animais não são vistos como agentes. Eles não são ativos, como trabalhadores, prisioneiros ou resistentes. Em vez disso, os animais são apresentados como personagens estáticos” que foram usados, exibidos e abusados por humanos. “Eles emergem como objetos - vazios de qualquer substância real” (HRIBAL, 2007, p. 102). Essa é uma perspectiva de cima.

O autor propõe então uma perspectiva metodológica de baixo, que reconhece os animais como agentes históricos, que moldaram e negociaram os limites de seus trabalhos e se aliaram a grupos humanos contra outras formas de exploração. "A história vista de baixo não é uma teoria. É uma metodologia ou forma de análise, que pode ser aplicada ao estudo de grupos historicamente não/sub-representados" (HRIBAL, 2007, p. 101).

Seu artigo é dividido em três partes: na primeira faz uma revisão crítica da historiografia dos estudos animais, na segunda estudos de casos sobre a relação de classe entre humanos e animais no século XIX, e na terceira analisa a evolução do vegetarianismo e dos direitos dos animais, defendendo que estes movimentos surgiram a partir das resistências dos animais.

Hribal considera que “a combinação de animais, agência e classe pode ser um fator significativo e poderoso na criação de mudança social” (HRIBAL, 2007, p. 110). É o que pretendemos ao analisar a exportação de animais vivos: mudança social na direção da libertação dos indivíduos explorados nesta prática.

Hribal fornece exemplos históricos de resistência dos animais “de trabalho”. O autor descreve como cavalos, mulas, bois e burros, se recusavam a obedecer, atrasavam, quebravam equipamentos, fugiam ou atacavam seus donos e supervisores. Ele cita vários atos de resistência, que ele chama de "armas dos fracos".

Além de fugir, quebrar equipamentos e atacar, “eles também se recusavam a comer, a beber, a se reproduzir, a trabalhar, a se mover, a se levantar, a se deitar, a abrir os olhos, a fechar a boca, a respirar” (HRIBAL, 2007, p. 104). São vários os exemplos:

Os burros ignoraram os comandos. As mulas arrastaram seus cascos. Os bois se recusaram a trabalhar. Os cavalos quebraram equipamentos. As galinhas bicaram as mãos das pessoas. As vacas chutaram os dentes dos fazendeiros. Os porcos fugiram de seus currais. Cães roubaram comida extra. Ovelhas pularam cercas. Além disso, cada um desses atos de resistência foi totalmente reconhecidos pelo fazendeiro, proprietário, motorista, supervisor ou gerente como sendo apenas isso: atos de resistência. O poeta do século 18 Henry Needler, do século 18, entendeu isso, pois testemunhou exatamente essa ação: todos os dias. Havia um cavalo, escreveu ele a um amigo, "que trabalhava anteriormente neste pátio e que que trabalhava muito diligentemente, até ouvir o sino das doze horas tocar". "Mas depois disso", destacou Needler, "nada conseguiu prevalecer com ele para prosseguir. Como se ele pensasse que já havia que havia cumprido sua devida tarefa e estava decidido a não ser (1728, 213-4). De fato, se alguém desejasse obter uma quantidade de trabalho adequada, oportuna e lucrativa dessas criaturas, sempre teria de haver algum grau de negociação envolvido (HRIBAL, 2007, p. 110).

O autor argumenta que a resistência dos animais “de trabalho” forçou os humanos a negociarem as condições e os limites de sua exploração. “As formas cotidianas de resistência não foram historicamente limitadas à humanidade” (HRIBAL, 2007, p. 103).

Ele identifica alguns tipos de ofertas feitas pelos humanos aos animais: como melhor tratamento, alimentação e condições e substituição por outras formas de energia. Ele afirma que essas ofertas eram baseadas em uma análise de custo-benefício e na capacidade dos animais de recusar ou aceitar o trabalho. Por

outro lado, aos animais rebeldes que recusaram a submissão, foi aplicada a pena capital:

Quanto aos indivíduos cuja recalcitrância simplesmente não podia ser detida, havia uma medida final: a pena capital. Os resistentes foram enforcados até a morte em na forca da cidade ou em galhos de árvores próximos. Os rebeldes foram iscados até a morte em shows e festivais. Os fugitivos foram mortos a tiros à primeira vista. Eram execuções públicas: brutais nos seus métodos, significativas na sua exibição, e proposital em sua intenção. Violência social contra os animais foram institucionalizados (HRIBAL, 2007, p. 104).

Sobre a substituição dos animais por outras formas de energia, Hribal enfatiza que não foram tão somente pelo custo-benefício, mas também em razão da resistência dos animais. Ele cita exemplos de como embarcações foram “construídas especificamente para aliviar as exigências de trabalho e, portanto, a resistência dos cavalos”, assim como o aumento da “largura das trilhas para aliviar o esforço físico” (HRIBAL, 2007, p. 104), o que com o tempo se tornaram ruas, avenidas e estradas. No caso do trabalho dos animais nas cidades, em carroças, carruagens, táxis, bondes e ônibus que encheram as ruas do século XIX, como os cavalos e mulas demoravam cerca de três anos para ficarem devidamente treinados para esse tipo de trabalho, Hribal enfatiza que

Nunca foi que os cavalos não pudessem trabalhar mais, mais rápido ou por mais tempo. **Em vez disso, o fato é que eles (em oposição ao motor combustível) tinham a capacidade consciente de se recusar a fazê-lo.** Finalmente, as empresas movidas a cavalos, e todas aquelas que dependem da força dos cavalos, já não podiam tratar os seus empregados com impunidade e espremer os lucros de qualquer maneira que quisessem (HRIBAL, 2007, p. 105, grifo nosso).

Foi por meio desta resistência combinada entre cavalos, mulas e trabalhadores humanos, desta aliança interespecies contra a elite e seu sistema opressor, “que a transição histórica da força animal para a energia a vapor ocorreu. Isso não foi progresso; isso foi o fim das negociações” (HRIBAL, 2007, p. 109).

Além disso, ele enfatiza a influência dos animais na mudança social, sustentando que o trabalho e a resistência dos animais influenciaram outros membros da sociedade humana, que viram pontos em comum em suas lutas contra a opressão.

Ele menciona alguns movimentos sociais e rastreia suas origens desde o século XVII até o século XX, destacando seus principais defensores e organizações.

Em relação ao capitalismo, Hribal narra como do século XVII ao início do século XX um número cada vez maior de animais trabalhava e os humanos (trabalhadores explorados) testemunharam esta agência todos os dias. Ele destaca como o trabalho dos animais também produziu o poder necessário para impulsionar o capitalismo e enfatiza que as “modernas transformações agrícolas, industriais, comerciais e urbanas não foram apenas empreendimentos humanos, mas que a história da “acumulação capitalista é muito mais do que uma história da humanidade”: quem construiu a América foram os animais. “No entanto, os animais não trabalhavam apenas. Eles também resistiram a este trabalho e lutaram contra a sua exploração” (HRIBAL, 2007, p. 104).

O autor defende que o vegetarianismo e a defesa dos direitos dos animais surgiram da história do trabalho e da resistência dos animais, especialmente os cavalos, mulas e bois que eram explorados nas indústrias e nas guerras. Ele menciona um grupo de pitagóricos que defendiam os direitos dos animais no século XVII na Inglaterra. "A origem dos direitos dos animais e do vegetarianismo reside na história deste trabalho e resistência. A origem do movimento pitagórico moderno está em “uma aliança radical entre humanos e outros animais" (HRIBAL, 2007, p. 106).

Ele cita também os Quakers, grupo religioso que desenvolveu uma visão ecológica baseada na compaixão pelos animais e pela natureza, e como se opuseram à escravidão, à caça e à crueldade animal. No caso, se trata de movimentos sociais que se solidarizaram com os animais e rejeitaram seu consumo, exploração e violência, formando uma aliança radical.

Enquanto a cultura camponesa europeia era dilacerada, eles e os seus porcos, vacas, cavalos e galinhas estavam, ao mesmo tempo, sendo reunidos sob um sistema socioeconômico novo e altamente explorador. Uma classe trabalhadora estava sendo criada - uma classe que incluíam humanos e outros animais. Essa experiência abriu a possibilidade de formação de um novo movimento. Seja na guerra, no processo de trabalho ou na rotina diária de vida na cidade, um pequeno número de trabalhadores passou a identificar suas lutas com as de outros animais “de trabalho” (HRIBAL, 2007, p. 106).

Assim, Hribal desafia a perspectiva dominante de cima que vê os animais como

objetos ou máquinas e propõe uma perspectiva diferente, de baixo, onde os animais emergem como agentes de suas vidas e promovem transformações sociais em alianças com outros movimentos sociais humanos.

Portanto, se a história fosse contada pelos animais não-humanos, seria bem diferente. No caso da exportação de animais vivos do Brasil, e se a história colonial fosse contada pelos sujeitos bovinos, compreendidos como agentes, que impõem resistência, que negociam os limites de sua exploração e criam mudanças históricas? Como isso poderia afetar as fronteiras das espécies e fortalecer mudanças sociais? É preciso contar esta história de baixo.

2.1 Agência e resistência animal

Se há parcial aceitação dos argumentos animalistas aos animais de companhia (como cães e gatos), pois são “pets”, ou seja, não são comíveis nem vestíveis (ao menos no Brasil), quando se trata de animais “de produção”, como é o caso dos animais exportados vivos, quase tudo relativo a bem-estar e direitos é negado. Heron Gordilho (2017) chama isso de especismo seletista, que ocorre quando entre as espécies animais não-humanas algumas são alvo de maior discriminação.

O primeiro oponente da sua exploração é o próprio animal. Sarat Colling (2018), no artigo *Animal Agency, Resistance, and Escape (Agência Animal, Resistência e Fuga)*, analisa diversos episódios de resistência animal que ocorrem todos os dias ao redor do mundo. Centenas de animais escapam de matadouros, granjas, quintas, mercados, caminhões, navios, confinamentos etc. Eles perturbam por si mesmos as fronteiras ilusórias que conceituam os humanos como superiores.

Apesar de geralmente narradas como ficção, como no filme *Planeta dos macacos*, há muito tempo agricultores, trabalhadores de matadouros, caçadores, vivissectores, treinadores de animais e outros, sabem muito bem que a revolta animal não é apenas um fenômeno fictício, mas que tem sido uma resposta real à exploração. Segundo Colling,

enquanto milhares de milhões de animais não humanos estão imobilizados no agronegócio, alguns conseguem escapar: arrombando portões, saltando cercas, saltando de reboques, atravessando rios a nado e correndo pelas ruas, campos e florestas. Ao escaparem, os animais de criação transgridem diversas fronteiras: transgridem os muros, cercas e portões materiais do

agronegócio e transgridem as fronteiras conceituais entre “no lugar”/“fora do lugar” e entre “doméstico”/“selvagem” [...]. **A resistência dos animais traz consciência para a hegemonia e o controle dos espaços, lugares e fronteiras que atravessam** (COLLING, 2018, p. 38, tradução nossa, grifo nosso).

As fugas dos animais são também geralmente retratadas como “excepcionais”, como se os animais que escaparam fossem “especiais”. No entanto, não há nada de especial neles.

Não há nada de diferente naqueles que não escaparam, porque se tivessem visto a oportunidade, também teriam feito isso. Não há nada de especial nesses animais que escapam. **A única coisa especial é que houve uma oportunidade de escapar.** Mas penso que muitas pessoas imporão a estes fugitivos: “Eles devem ser mais inteligentes, devem ter uma vontade de viver mais forte, há algo de especial neles” (COLLING, 2018, p. 25, tradução nossa, grifo nosso).

Não deveria surpreender que os outros animais, assim como nós, respondam com força e astúcia à violência sistemática que enfrentam diariamente, mas a lógica especista ocidental tenta enquadrar estes atos de transgressão intencional como instintivos.

Para Colling (2018, p. 7), há capacidades cognitivas associadas à resistência, tais como a intencionalidade. A autora cita Hribal que distingue resistência de resposta instintiva. Como já vimos, Hribal cita vários exemplos históricos de atos de resistência, de bois, vacas, cavalos, burros, porcos etc. Usando o exemplo dos elefantes de circo:

Todo animal em cativeiro sabe, através de anos de experiência direta e resposta aprendida, quais ações serão recompensadas e quais serão punidas. Então, os elefantes, por exemplo, a maioria deles são treinados com ganchos, se eles fazem algo errado eles são atingidos repetidamente ou esfaqueados com a ponta farpada para corrigir essas ações e não cometê-las novamente. Então, realmente é contra o seu próprio interesse ser desobediente de qualquer forma, porque quem quer ser atingido [...]. No entanto, **a história está repleta de casos de elefantes em cativeiro que fazem exatamente isso: recusam continuamente comandos ou ferem propositadamente os treinadores, mesmo que sejam espancados, e depois o fazem, e depois voltam a sair, e depois fazem-no novamente.** É por isso que digo que são atos de resistência: porque estes animais estão a lutar contra o seu cativeiro e contra a dominação (HRIBAL, 2007, p. 25, tradução nossa, grifo nosso).

A agência e resistência animal podem perturbar as estratégias de

distanciamento praticadas pela indústria da carne, que são conceituais e materiais. Os animais são distanciados estrategicamente dos humanos em granjas, matadouros, fazendas industriais, confinamentos etc. até mesmo pela linguagem especista. Como bem destaca Chang (2020, P. 43), “os animais também são vítimas/sobreviventes/resistentes à violência colonial-capitalista”.

Uma das principais críticas à exportação de animais vivos é a falta de transparência (LUDOLF, 2020). Quando um animal escapa desses espaços altamente securitizados e distanciados, é como se por um instante as cortinas dos matadouros fossem levantadas e os animais se tornassem um alguém.

Colling tenta compreender como os animais fugitivos são celebrados nas histórias da mídia como casos “únicos” ou “especiais” e até que ponto o público vai além e questiona o sistema opressivo que marginaliza e mata inúmeros animais todos os anos – um sistema que esconde esta matança “à vista de todos” (COLLING, 2018, p. 26).

Ela observa que ao ver os animais fugindo da perseguição muitas pessoas simpatizam, pois percebem que aquele animal é um indivíduo, se tornou um alguém e não algo. Já os milhões de animais mortos todos os anos para alimentação, distanciados pelas estratégias do agronegócio, é difícil pensar neles como indivíduos.

O agronegócio usa de inúmeras táticas de distanciamento entre o abate de animais e a sociedade em geral, especialmente ativistas. Essa fronteira é produzida por práticas materiais da indústria. É comum leis ao redor do mundo proibindo a aproximação de pessoas às zonas de confinamento e criminalizando ativistas. Pachirat (2011) argumenta que a ocultação do abate industrial de animais é implementada em parte porque as respostas emocionais ao ver o abate de animais poderiam motivar transformações sociais e políticas. Pachirat também discute como a indústria pecuária usa constantemente do seu poder para aprovar leis que criminalizam acesso físico, visual, sonoro e impresso a matadouros industrializados.

A fuga dos animais é um ato de transgressão intencional que levanta as cortinas da pecuária industrial e torna a sua opressão visível, ao menos por um tempo. Considero, também, que ela pode ser interpretada como um chamado para se formar alianças interespecies contra opressões humanas e não-humanas, que são comuns na história, mas foram ocultadas pela tradição ocidental. Afinal, embora isso seja

inovador na academia, muitas culturas indígenas há milênios reconhecem a agência animal.

Darren Chang (2020), que estudou a agência e resistência das focas no Canadá, aponta como os vídeos da caça comercial das focas gravados por defensores dos animais, demonstrando as focas lutando contra os seus caçadores, quando transmitida pelos meios de comunicação de massa é uma poderosa expressão da agência animal e impacta economicamente a indústria. “O abate industrial na pecuária capitalista ocidental é normalmente escondido da vista dos consumidores. Qualquer exposição da sua violência sistemática ameaça estas indústrias exploradoras” (CHANG, 2020, p. 29).

Sarat Colling (2018) também aponta os impactos que a resistência dos animais “de produção” tem nas estratégias de distanciamento praticadas pela indústria. Entre tantas histórias que impactaram a consciência pública narradas pela autora, destaco a de Queenie, uma vaca que escapou de um matadouro no ano de 2000, em uma corrida pela vida nas ruas de Nova York.

Uma vez capturada, ela deveria ser devolvida ao local de matança, pois, na lógica capitalista e especista do Direito, Queenie é propriedade deles, mas após a atenção da mídia e comoção pública, o dono do matadouro concordou em liberá-la para o Santuário da Fazenda Watkins Glen.

Susie Coston, funcionária de longa data do Farm Sanctuary, descreve Queenie como “a primeira lutadora pela liberdade no matadouro com quem trabalhei” (Coston 2009). Em uma postagem no blog intitulada “Queenie”, ela relata a fuga fortuita do bezerro: **motivada pelo medo dos paus e bastões elétricos, que são comuns em mercados vivos e currais, Queenie fez a escolha que qualquer animal faria se tivesse a oportunidade. . . ela correu por quarteirões**, atraindo a atenção de espectadores surpresos e zombadores enquanto se esquivava do trânsito, dos pedestres e, eventualmente, dos carros da polícia nas movimentadas ruas de Nova York. Sua fuga para a liberdade foi finalmente interrompida quando a polícia atirou nela com uma arma tranquilizante. (COLLING, 2018, p.28, tradução nossa, grifo nosso).

Segundo Colling, as ações de Queenie afetaram as pessoas. A mídia captou o sentimento público que reconhecia a vontade de viver de Queenie. A corajosa tentativa de fuga resultou numa vida melhor para Queenie, que passou a viver ao lado de outros colegas bovinos fugitivos de Nova York no santuário, como Annie Dodge,

que viveu na floresta por vários meses após sua fuga, e Maxine, que escapou de um mercado de animais vivos em 2007.

Colling dá detalhes de como a fuga de Queenie impactou a consciência pública de tal forma que levou pessoas a se manifestarem contra a crueldade animal e a criarem grupos em defesa dos animais.

Dessa forma, Queenie foi então vista como um indivíduo, “mas também como alguém nascido em um sistema onde tantos como ela permanecem sujeitos à dominação diária” (COLLING, 2018, p. 29). Isso perturba a dominação especista, dá visibilidade a participação histórica dos outros animais nos processos de transformação social e pode causar trincas na prática de exportação de animais vivos.

É nessa direção que, a seguir, mobilizamos a história de “Elias, o boi que aprendeu a nadar”, como símbolo de resistência à exportação brasileira de gado vivo. A história destes indivíduos precisa ser contada na perspectiva de quem sente na carne os golpes do especismo estrutural, dos de baixo, e estes sujeitos precisam ser reconhecidos como transformadores de suas próprias realidades, como *fazedores-de-mundos*. A agência e resistência animal não deveria ser subestimada.

3 Elias, o boi que aprendeu a nadar

O movimento animalista deu nome, personalidade e individualidade ao sujeito bovino Elias e ampla visibilidade ao seu ato de resistência, o qual, como muitos outros animais, estava destinado a uma exportação cruel e à morte. A história de "Elias, o boi que aprendeu a nadar" foi transformada em documentário pela ONG Mercy For Animals (2023), narrado pela atriz Laila Zaid.

O documentário conta a história de Elias, que nadou por mais de 5 horas do Porto de São Sebastião de São Paulo até a Praia das Cigarras, num trajeto de cerca de 10 km, para salvar sua vida, fugindo de um navio cargueiro de exportação de animais vivos.

O caso aconteceu em 2018 e movimentou moradores, autoridades e ativistas na defesa pelo fim do transporte de animais vivos. Após o lançamento do documentário, tanto a Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) quanto a Câmara de São Sebastião promoveram debates sobre o tema, conflito que se estende até os dias atuais.

O caso de Elias denuncia as condições precárias e cruéis em que os animais são

transportados, além dos prejuízos para o turismo local, já que o município fica infestado pelo cheiro das fezes e urinas espalhados pelos caminhões e navios amontoados de animais explorados, em condições de maus-tratos e desconsideração moral.

O documentário entrevista moradores, ativistas e agentes públicos, inclusive aqueles que encontraram o boi Elias chegando à Praia das Cigarras, depois de conseguir fugir do navio para tentar salvar a própria vida.

“Oh, Rodrigo, pesquei um boi. Vem ver”. E aí eu fui na praia achando que era brincadeira e na hora que eu olhei dentro da água, tinha um boi mesmo. E aí ele me contou que ele estava velejando no canal de São Sebastião, ele viu um boi nadando, ele achou que era um peixe, algum animal marinho, e, quando chegaram perto, era um boi. **Eles conseguiram laçar o boi com uma bóia, através do veleiro deles, e trouxeram para a Praia das Cigarras, que é próxima.** A praia estava vazia ainda, só “tava nós” ali. A gente ficou pensando de onde que esse boi veio. Logo falando: “Cara, você só pode ter vindo do Porto, né?”. Ele estava com uma com uma marquinha na orelha, logo associamos ao porto. E, não durou muito tempo, apareceu gente do porto sem a gente chamar (MFA, 2023).

Uma moradora local, ativista caiçara, narra a condição em que se encontrava Elias, e reconhece a sua individualidade e consciência, superando em alguma medida o processo de objetificação, desindividualização e dicotomização, que transforma animais em objetos, em um grupo homogêneo e como pertencentes a categorias dicotomicamente opostas (JOY, 2010). A ativista diz que Elias “estava muito cansado, com as pernas tremendo. A gente tem até um nome para ele. [...] lógico, né? Porque eles são seres sencientes, sentem como a gente, né? Tem coração, tem pulmão [...]”.

Outra moradora, entrevistada, narra que Elias não foi o único boi que se jogou no mar, ele apenas é o mais conhecido e divulgado, e diz que outros bois também tentaram fugir na região. Ao redor do mundo, abundam notícias de animais tentando fugir dos caminhões, navios e portos.

A apresentadora do documentário informa que Elias é um dos mais de 280 mil animais que o Brasil envia para serem abatidos no exterior todo ano. O porto de São Sebastião é o terceiro do país que mais exporta animais vivos. O Brasil é o segundo maior exportador de gado vivo do mundo.

No entanto, diferentemente da vaca Queenie, o boi Elias não fugiu do fim trágico a que estava destinado pela indústria desde antes do seu nascimento. O

morador que ajudou a Elias a sair do mar narra que

Logo apareceu o pessoal do Porto e chamaram um caminhão com guincho, com um guindaste. **E aí o guindaste içou o boi, jogou em cima do caminhão, como se já estivesse morto, mas ele não estava.** E aí levaram para o porto e depois a gente ficou sabendo que esse boi foi embarcado e seguiu viagem (MFA, 2023).

Mas a sua resistência não foi em vão. Deste episódio, surgiram vários grupos e organizações que se opõem à exportação de animais vivos, como o “Movimento Carga Viva Não” e o “Coletivo Ação Carga Viva”, engrossando o movimento nacional e internacional contra esta prática que já existia no Brasil e em outros países.

O documentário mostra as atividades realizadas por estes grupos, incluindo manifestações, passeatas, debates públicos e ações judiciais, denunciando que a exportação de animais vivos é cruel para os animais, prejudicial ao meio ambiente e para a economia local. Uma frase muito usada nas manifestações é “somos todos Elias”.

O documentário descreve as etapas da complexa operação para o transporte de animais vivos e exhibe diversas cenas de violência contra os animais. A atriz Laila Zaid narra que,

depois de embarcarem, os bois costumam passar semanas confinados em espaços pequenos dentro dos navios, entre as próprias fezes e urina. A maior parte da frota destinada a esse tipo de atividade não foi nem projetada originalmente para essa finalidade. No trajeto, alguns animais morrem por conta do calor elevado e de doenças respiratórias. Seus corpos são triturados e jogados em alto mar. No fim, todos eles encontram o mesmo destino: a morte. Nos países importadores, em sua maioria no Oriente Médio, eles podem ser abatidos com procedimentos que não seriam permitidos aqui no Brasil, enquanto ainda estão conscientes e são capazes de sentir dor (MFA, 2023).

Narra, também, que o sofrimento desses animais começa muito antes de embarcar no navio. O Vereador entrevistado enfatiza que os animais viajam em pé, horas e horas, sob chuva e sol, e critica que “a regra é vender”. Outra moradora destaca que “é muito animal, muito animal. Eles já chegam aqui bem abatidos, cansados. [...] eles empacam e, com um ferro, eles cutucam os animais, empurram os animais, para subirem”.

Nitidamente, os animais “empacam” porque resistem à sua exploração e, quando possível, escapam, como fez Elias, mesmo que seja preciso nadar, algo incomum para a espécie. O uso desses instrumentos pela indústria, como os bastões elétricos evidenciam a resistência animal e sua oposição à opressão, assim como a violência do sistema de dominação colonial-capitalista-especista. Essas tecnologias de exploração são concebidas especificamente para combater a resistência animal, já que eles lutam contra a sua exploração. Se os animais não fossem conscientes não haveria qualquer necessidade de tantas tecnologias para dominá-los. Por isso, proponho que estas armas de guerra da indústria contra os animais sejam lidas nos termos da agência e resistência animal.

Os entrevistados criticam como a chegada dos caminhões afeta o trânsito da cidade e atrapalha a vida do sebastianense e do turista, não só pelo trânsito, mas pelo cheiro ruim de fezes e urinas que se alastram pela cidade. Diz uma moradora que “esse último embarque [...] foi muito desagradável. [...] qualquer lugar que você andasse aqui, você tinha esse odor muito forte, muito concentrado e de forma continuada”.

É de se imaginar o desespero e a intencionalidade de Elias e de seus companheiros bovinos de escapar daquela situação fétida, mesmo que isso exija encarar o risco de se afogar. Isso demonstra não só a crueldade da prática capitalista, mas a coragem e a capacidade destes indivíduos de lutar pela mudança da sua própria realidade, dos seus desejos legítimos e intencionais de libertação da opressão a que são injustamente submetidos.

Tudo, as fazendas de origem, os caminhões, os navios, os instrumentos para embarque e desembarque são feitos para dominar o outro animal, ou seja, o animal impõe resistência com a sua própria existência. Ali, ele não quer ficar. Muitos só ficam, pois, suas escolhas são violentamente suprimidas por todo esse instrumental fabricado pelo sistema capitalista (Ciência, Mercado, Estado, Direito etc.).

A oposição de Elias e de outros animais que escaparam demonstram suas capacidades de resistência e precisam ser lidas nesses termos, a fim de fraturar as estruturas de dominação que os cerceiam, que os colocam como seres passivos, docilizados.

Outro entrevistado, gerente de investigações da Mercy for Animals, aponta

outros tantos problemas do transporte de animais vivos.

As chances de acontecer um acidente envolvendo um navio transportador de animais vivos são consideráveis e não podem ser negligenciadas. Eles têm até duas vezes mais chances de naufragar do que qualquer outro tipo de navio cargueiro que, em média, eles têm entre trinta, mais de trinta anos. Eles costumam ter um baixo padrão de manutenção e eles não foram originalmente projetados para transportar animais vivos. Aliás, é por causa disso que esses navios eles são chamados de navios sucata. Esses navios sucata, eles já protagonizaram acidentes graves em diversos portos ao redor do mundo, inclusive aqui no Brasil, em 2015, lá no Pará. Se um navio, ele vier a tombar e naufragar no único berço de atracação para navios cargueiros no porto de São Sebastião, teria consequências desastrosas. Diversos municípios paulistas utilizam o Porto de São Sebastião para escoar a sua produção (MFA, 2023).

Outro morador, ambientalista, denuncia, em outros termos, as estratégias de distanciamento (COLLING, 2018) ao afirmar que “o agronegócio ele pinta essa exportação de carga viva como se fosse uma coisa fundamental para as pessoas, como se fosse, sabe, a salvação da economia”, e critica a lógica capitalista apontando que o lucro dessas atividades fica concentrado nas mãos de poucos, mas quando “há prejuízo, [...] é dividido por todos, [...] e geralmente é o mais pobre que paga [...]”, comenta.

A apresentadora do documentário cita o caso do Porto de Santos, litoral de São Paulo, de dezembro de 2017, quando o navio NADA atracou na cidade para embarcar mais de 25 mil bois, e como os protestos pelos direitos desses animais repercutiram em São Sebastião, motivando os sebastianenses a lutar contra esta atividade. Trata-se de outro caso em que a divulgação dos vídeos e fotos arranharam as estruturas da opressão animal.

As moradoras ativistas de São Sebastião contam como a experiência dos ativistas de São Paulo e de Santos foram importantes para a formação do grupo, mostrando que não estavam sozinhas. Uma das ativistas diz que o caso Elias mobilizou “pessoas que até então eu nem sabia que existiam”, fortalecendo as ações do grupo.

A resistência e a voz do Elias (representando todos os animais explorados) foi reconhecida juntamente com as dos humanos que lutam em seu nome. Como proponho, alianças interespecies se formaram.

Na parte final do documentário, o morador que socorreu Elias, desabafa, “não tem por que exportar animal vivo [...]. Tanto stress que o bicho passa, é tanto

sofrimento, você vê no olho, naquelas frestas do caminhão que tem, você vê no olho”. Deckha (2018) explica como é importante explorar formas de reconhecer os direitos dos animais baseadas na vulnerabilidade, na relacionalidade e no cuidado.

Ver o pavor nos olhos dos animais dentro dos caminhões e navios e denunciar como isso afeta as suas existências e relações, sem fazer comparações com humanos nem invocar critérios racionalistas, é medida importante contra a opressão animal e para a não reprodução de lógicas opressoras a minorias políticas humanas.

Como ressalta Deckha (2018), é possível apresentar propostas que enfatizem as capacidades dos animais, mas não a sua semelhança com os humanos e, ao fazê-lo, concentrem-se na vulnerabilidade dos animais em vez de saberem se eles conseguem ou não raciocinar ou são autoconscientes.

Por fim, considero que o documentário acerta ao nomear Elias, ressaltar a sua fuga, resistência, vulnerabilidades, a opressão da indústria e as alianças interespecies contra esta atividade, apenas não realiza uma análise das implicações capitalistas-coloniais que estruturam o especismo socialmente. É preciso ir além.

A atitude do movimento animalista, que deu publicidade ao fato nas redes sociais e nas ruas, fez com que os sujeitos bovinos exportados vivos deixassem de ser apenas números nos noticiários e estatísticas e ganhassem rosto, nome próprio, superando em alguma medida os processos de objetificação, desindividualização e dicotomização, restituindo a eles a condição de indivíduos singulares.

No dia 08 de janeiro de 2024, quando ocorreu o primeiro embarque do ano de gado vivo no porto de São Sebastião/SP, os ativistas da região se organizaram e fizeram vídeos e fotos das dezenas de caminhões cruzando a cidade. Foram embarcados 5.800 bois no navio Queensland rumo à Turquia. O “Movimento Contra Exportação de Animais Vivos” realizou manifestações antes mesmo do navio se aproximar da cidade, “denunciando as condições aterrorizantes enfrentadas pelos animais, cujo desespero é evidenciado em seus olhos” (ANDA, 2024).

Importante mencionar também a resistência de muitos animais vítimas das enchentes que devastaram o Rio Grande do Sul nos meses de abril e maio de 2024. Um cavalo, que ganhou o nome de Caramelo, superou diversos obstáculos até conseguir se abrigar em cima de um telhado no município de Canoas (RS) onde ficou ilhado durante 4 dias até ser resgatado de barco. A ação dos bombeiros foi

televisada, influenciada pelas manifestações do movimento animalista, de influenciadores famosos e da atual primeira-dama do país, Rosângela da Silva, popularmente conhecida como Janja, que mobilizou os poderes públicos para realizar o resgate.

A contradição com o caso Elias é evidente: Caramelo foi resgatado, sedado, deitado cuidadosamente num bote, tratado e prontamente adotado, já Elias, capturado pela indústria, foi amarrado pelas patas de cabeça para baixo, içado por um guincho e reenviado como carga viva para a morte.

4 Conclusão

Independentemente do país que a pratique, a exportação de animais vivos é inerentemente cruel aos animais, impactante aos ecossistemas e arriscada à saúde global. Trata-se de uma fábrica de injustiças multiespécies que necessita de repúdio da comunidade internacional e pronta proibição.

O primeiro oponente dessa exploração e do especismo é o próprio animal. Centenas de animais escapam de matadouros, granjas, mercados, caminhões, navios etc. todos os dias ao redor do mundo. A resistência dos animais é um ato de transgressão intencional que não deve ser subestimada pelo movimento animalista.

A fuga de Elias é um exemplo emblemático de como os animais desafiam a sua exploração. Não são seres passivos desprovidos de vontade própria conforme geralmente representados pela tradição nortista, mesmo as animalistas, que ocultam a agência animal. Elias é um exemplo recente da capacidade e intencionalidade animal para salvar-se dos “navios da morte”, em aliança com os ativistas que lutam pela libertação animal.

A fuga de Elias levanta as cortinas da pecuária industrial e torna a opressão animal visível. Isso afeta as estratégias (conceituais e materiais) de distanciamento, que objetificam, desindividualizam e dicotomizam os animais em relação aos humanos. A divulgação em massa de animais resistindo, como o documentário “Elias, o boi que aprendeu a nadar”, pode causar impactos como i) percepção pública de que o animal é um indivíduo, um alguém, não um objeto; ii) criação de grupos em defesa dos animais e iii) impactos econômicos a indústria de exploração animal.

Assim, propomos que a exportação de animais vivos (e a opressão animal) seja

lida nos termos da agência e resistência animal, de modo a visibilizar que o complexo industrial animal existe justamente para subjugar as suas capacidades de resistir. Se os animais não fossem conscientes não haveria qualquer necessidade desse instrumental bélico de dominação, confinamento e abate sistemático de sujeitos. O uso dessas “armas de guerra” evidencia a oposição animal à sua exploração e a violência do sistema de dominação colonial-capitalista-especista.

5 Referências

ANDA, Agência de Notícias de Direitos Animais. **Porto de São Sebastião: mais de cinco mil bois enfrentam viagem angustiante rumo à morte.** 2024. Disponível em: <https://anda.jor.br/porto-de-sao-sebastiao-mais-de-cinco-mil-bois-enfretam-viagem-angustiant-e-rumo-a-morte>. Acesso em: 22 nov. 2024.

CHANG, Darren. Tensions in contemporary Indigenous and animal advocacy struggles: the commercial seal hunt as a case study. In: MONTFORD, Kelly Struthers; TAYLOR, Chloë (Ed.). **Colonialism and Animality: Anti-Colonial Perspectives in Critical Animal Studies.** Abingdon, Oxon; New York, NY: Routledge, 2020. p. 29-49. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/chapters/edit/10.4324/9781003013891-2/tensions-contemporary-indigenous-animal-advocacy-struggles-darren-chang>. Acesso em: 23 nov. 2024.

COLLING, Sarat. Animal Agency, Resistance, and Escape. In: MATSUOKA, Atsuko; SORENSON, John (Eds.). **Critical Animal Studies: Toward Trans-Species Social Justice.** London: Rowman & Littlefield International, 2018. p. 21-44. Disponível em: <https://rowman.com/ISBN/9781786606464/Critical-Animal-Studies-Towards-Trans-species-Social-Justice>. Acesso em 23 nov. 2024.

DECKHA, Maneesha. Humanizing the Nonhuman: A Legitimate Way for Animals to Escape Juridical Property Status? In: MATSUOKA, Atsuko; SORENSON, John (Org.). **Critical Animals Studies: Toward Trans-species Social Justice.** Londres: Rowman & Littlefield International, 2018. p. 209-233. Disponível em: <https://rowman.com/ISBN/9781786606464/Critical-Animal-Studies-Towards-Trans-species-Social-Justice>. Acesso em 23 nov. 2024.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho.** São Paulo: Ubu Editora, 2022.

GORDILHO, Heron José de Santana. **Abolicionismo animal: habeas corpus para grandes primatas.** 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2017.

HRIBAL, Jason. Animals, Agency, and Class: Writing the History of Animals from Below. **Human Ecology Review**, vol. 14, no. 1, 2007, pp. 101–12. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/24707647>. Acesso em: 23 Nov. 2024.

JOY, Melanie. **Por que amamos cachorros, comemos porcos e vestimos vacas: uma introdução ao carnismo.** Tradução de Alda Lima. 1. ed. Barueri: Editora Pandorga, 2019.

LOURENÇO, Daniel Braga. LUDOLF, Rafael van Erven. A exportação de gado vivo no Brasil e a regra constitucional da vedação da crueldade. **Revista Brasileira de Direito Animal**, Salvador, volume 15, n. 03, p.53 - 73, Set – Dez 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/RBDA/article/view/38789>. DOI: <https://doi.org/10.9771/rbda.v15i3.38789>.

LUDOLF, Rafael van Erven. **Resistência animal: uma análise da exportação de gado vivo do Brasil, do especismo colonial e do direito animal**. 2024. Tese (Doutorado em Sociologia e Direito) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2024. Disponível em: <https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira>.

MERCY FOR ANIMALS. **Elias: o boi que aprendeu a nadar**. 2023. Disponível em: <https://youtu.be/1XsAgrDSKBI?si=hor3hCJHu0DBXR7L>. Acesso em 22 nov. 2024.

PACHIRAT, Timothy. **Every Twelve Seconds: Industrialized Slaughter and the Politics of Sight**. New Haven, CT and London: Yale University Press, 2011.

ROCHA, Jailson José Gomes da. Direito, decolonialidade e giro multiespécie. **Revista Direito e Práxis**, v. 12, n. 2, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/qYt7vL7HckKNzrxCx69hWXM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 nov. 2024. DOI: 10.1590/2179-8966/2020/46939.

SÜSSEKIND, Felipe. Sobre a vida multiespécie. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, Brasil, n. 69, p. 159–178, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/145638>. Acesso em: 23 nov. 2024. DOI: 10.11606/issn.2316-901X.v0i69p159-178.

Como citar:

LUDOLF, Rafael Van Erven. MORGADO, Evelyn Pipas. Exportação de gado vivo do Brasil: uma análise a partir da agência e resistência animal. **Revista Brasileira de Direito Animal – Brazilian Animal Rights Journal**, Salvador, v. 20, p. 1-21, jan./dez 2025. DOI: (endereço do DOI desse artigo). Disponível em: www.rbda.ufba.br.

Originals recebido em: 23/11/2024.

Texto aprovado em: 12/12/2024.